

17/6/1984

**Antônio dá seu exemplo. Mas é uma exceção**

Antônio Selestino Pereira, pernambucano, 30 anos, casado, um filho e com a mulher esperando o segundo, há quatro anos trabalhando na região, acha que o acordo de Guariba atendeu às reivindicações salariais dos 20 mil trabalhadores envolvidos no movimento.

Dá o seu exemplo. Ele corta uma média de 10 toneladas de cana por dia, trabalhando das 6h da manhã às 17h, de segunda a sábado. Antes ele ganhava por esse trabalho uma média de Cr\$ 120 mil por mês; neste mês, graças ao novo acordo, recebeu Cr\$ 270 mil.

— Com esse dinheiro a mais, pude pagar minhas dívidas, que chegavam a quase Cr\$ 300 mil — conta Selestino.

Mas ele afirma que, apesar do acordo, ainda há dificuldades muito grandes, pois o trabalho é pesado e deixa poucas chances ao trabalhador para se desenvolver e conseguir melhor colocação. Ele é analfabeto, mal sabe assinar o nome, e gostaria de aprender a ler e escrever, mas não vê como.

A maior preocupação de Selestino é com o período de entressafra, em novembro/dezembro, quando todos perdem o emprego. A indenização, férias e 13º salário têm que durar por quatro meses, caso ele não encontre trabalho em outras lavouras, todas cada vez mais mecanizadas.

— Para nós — diz ele — seria mais interessante que as usinas não nos demitissem, pois quando o trabalho acaba a gente tem que dar um jeito para não passar fome. É difícil encontrar um outro trabalho na região.

Selestino é de opinião que, além de melhorias salariais, os usineiros e plantadores de cana deveriam oferecer outros benefícios aos bóias-frias, como fornecimento de alimentação quente no campo, transporte mais seguro, estabilidade no emprego, creches para os filhos das mulheres que trabalham na lavoura e a eliminação da figura do "gato", o empreiteiro de mão-de-obra.

— Na época em que trabalhei para um "gato", ele me deu, no final da safra, Cr\$ 26 mil de indenização, quando deveria ter dado Cr\$ 120 mil — contou Selestino.

**(Página 10)**